

INFORMAÇÕES GERAIS – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Fundamento legal:

- Legislação observada pelo órgão supervisor e entidade estão disponíveis. (Art. 6º, § 1º da Lei Estadual nº 18.025/2013)
- Todos os links presentes nessa página funcionam corretamente. (Item 3.2.6 da Metodologia de avaliação O.S. CGE-TCE 2021)

LEIS

[Lei Federal nº 9.637 de 15 de maio de 1998](#)

Qualificação de entidade como Organização Social.

[Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011](#)

Lei Acesso à Informação.

[Lei Ordinária Nº 13.569-1999 - Casa Civil do Estado de Goiás](#) - Dispõe sobre a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos e dá outras providências.

[Lei Ordinária Nº 15.503 de 28 de dezembro de 2005 - Casa Civil do Estado de Goiás](#) -

Qualificação como Organização Social – GO.

[Lei Ordinária Nº 18.025 de 22 de maio de 2013 – Casa Civil do Estado de Goiás](#)

Lei Acesso à informação – GO

[Lei Ordinária Nº 18.331/2013 - Casa Civil do Estado de Goiás](#) - Altera a Lei nº 15.503, de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais estaduais.

[Lei Ordinária Nº 19.265/2016 - Casa Civil do Estado de Goiás](#) - Altera as Leis que especifica, quanto ao Controle Interno do Poder Executivo, e dá outras providências.

[Lei Ordinária Nº 20.972/2021 - Casa Civil do Estado de Goiás](#) – Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus no âmbito do Estado de Goiás.

[Lei Ordinária Nº 21.740/2022 - Casa Civil do Estado de Goiás](#) – Disciplina o regime jurídico das organizações sociais da saúde – OSSs no Estado de Goiás.

PORTARIAS

Portaria Conjunta nº 001/2021 - SEC-CEXTERNO/TCE – CGE – [Portaria Conjunta nº 001-2021](#)

Padronização de informações de custos e alteração nos prazos - [Portaria nº 292/2016 SES-GO](#)

Portaria nº 1038-2017 – SES-SIPEF - [Portaria nº 1038-2017 GABSES-GO](#)

Composição e competências da COMACG - [Portaria nº 518/2018 SES-GO](#)

Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
[Portaria nº 554 de 12 de abril de 2019](#)

Suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas contratuais - [Portaria 3-2021 SES](#)

Repasse de recursos financeiros às OSs a título de investimento - [Portaria nº 426 SES](#)

Conta Específica - [Portaria nº 894-2016 - Conta Específica](#)

Estabelece parâmetros a serem utilizados na análise da capacidade técnica no procedimento de Qualificação de entidades de direito privado como Organização Social da Saúde, e dá outras providências [Portaria nº 214 de 21 de Julho de 2022](#)

Estabelece parâmetros a serem utilizados na análise da capacidade técnica no procedimento de Qualificação de entidades de direito privado como Organização Social da Saúde, e dá outras providências [Portaria nº 1270 de 20 de Abril de 2023](#)

DECRETOS

Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 9.637
[Decreto Federal nº 9.190 de 01 de novembro de 2017](#)

Regulamento a Lei nº 18.025 - Acesso à informação:
[Decreto Estadual nº 7.904 de 11 de junho de 2013](#)

Código de ética e Conduta do Servidor Público
[Decreto Estadual nº 9.423-2019 de 10 de abril de 2019](#)

RESOLUÇÕES

- [Resolução Normativa 007-2011 TCE-GO](#) – Fiscalização da qualificação de entidades como Organizações Sociais, da formalização e execução dos Contratos de Gestão firmados pelo Estado, regulamenta as prestações de contas anuais e outras providências.
- [Resolução Normativa 13-2017 TCE-GO](#) – Fiscalização da qualificação de entidades como Organizações Sociais, da formalização e execução dos Contratos de Gestão firmados pelo Estado, regulamenta as prestações de contas anuais e outras providências
- [Resolução Normativa 004-2018 TCE-GO](#) – Retifica a Resolução Normativa nº 013/2017, para correção de erro material.

- [Instrução Normativa 034 de 09 de maio de 2016 CGE-GAB](#) – Estabelece a sistemática de fiscalização a cargo da Controladoria Geral do Estado (CGE) na prestação de contas de recursos transferidos voluntariamente pelo Estado de Goiás a municípios e entidades sem fins lucrativos, em especial para OSCs, ONGs, OSs e OSCIPs, ainda que por intermédio de contratos de gestão e termos de parceria.
- [Instrução Normativa 037 de 21 de junho de 2016 CGE-GAB](#) – Estabelece a sistemática de análise e aprovação a cargo da Controladoria-Geral do Estado (CGE) dos regulamentos para a contratação de obras, serviços, compras e admissão de pessoal das Organizações Sociais que possuem contratos de gestão celebrados com o Estado de Goiás.

MANUAIS

- [Manual de Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão](#)
- [Procedimento Operacional Padrão POP COMFIC SES-GO](#)
- [Metodologia OS - TCE 17.06.2021 - VERSÃO FINAL](#)
- [Primeira Errata da Metodologia da Transparência](#)
- [Segunda Errata da Metodologia da Transparência](#)
- [Regulamento Avaliação das Páginas de Acesso à Informação - OSS](#)
- [Checklist O.S. 2021 - Revisado 17.06.2021 - VERSÃO FINAL](#)

ESTATUTO SOCIAL

[Estatuto Social registro de 16/06/2023 \(vigente\) + histórico de alterações](#)

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL O.S. E UNIDADE GERIDA

[Organograma O.S. e Unidade Gerida](#)

LEGISLAÇÃO SES/GO

- [Legislação O.S. Transparência - SES-GO – 28/11/2019](#)

- [Legislação aplicável – SES-GO – 18/03/2020](#)

ANDRE
FONSECA
LEME

Assinado de
forma digital por
ANDRE
FONSECA LEME

Publicação: 07.12.2021
Atualização: 16.08.2023